



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

RIBEIRÃO PRETO, SP, 2 DE MAIO DE 1997

Senhor Governador de São Paulo, Mário Covas, que nos honra com a companhia e com a presença; Ministro Arlindo Porto; Senhores Ministros de Estado; Senhor Senador Romeu Tuma; Senhores Deputados Federais, Estaduais; Prefeito Roberto Jábali; amigo Roberto Rodrigues, que é Coordenador Empresarial do Fórum; Secretário Francisco; Senhores Secretários que aqui se encontram; Senhoras e Senhores,

Eu acho que nós estamos mudando o modo de encarar alguns dos temas fundamentais do Brasil. Acredito que, quando nós terminarmos o mandato, já teremos um entrosamento de outra natureza.

Permitam-me recordar que, na campanha eleitoral, havia um problema seriíssimo para mim, que era o campo. Recordo-me da reunião com as cooperativas do Paraná e, depois, creio que foi em Araras, com o pessoal da laranja. E era reclamação por todo lado. Reclamação, naquele momento, era fácil, mas no momento seguinte tinha-se que resolver as questões. A reclamação era porque há dois anos nós tínhamos aqui a taxa de juros, a TR, mais... e lá vai, lá vai juro em cima da TR. Não é isso? Então, era muito difícil.

Cadê o financiamento rural? Não havia. No começo, muita dificuldade. Algum apoio de entidades de classe, no Parlamento, em setores isolados, até que nós pudéssemos chegar, como chegamos, a definir o que foi pedido aqui pelo Roberto Rodrigues: propostas práticas e permanentes. Atrasamos um pouco na renegociação da dívida. Havia pouca compreensão, no País mesmo – não só no Governo, no País mesmo –, da importância da renegociação da dívida do setor agrícola do Brasil.

Não foi fácil, porque sempre havia aquela questão de “mais uma vez vão privilegiar os que sempre ganharam dinheiro, que não pagam os bancos”. Até eu explicar que não era isso; até que nós nos convencêssemos e convencêssemos a nossa própria equipe de que não era isso e que, de fato, não se tratava de um abuso, mas de um SOS, de uma bóia de salvação; até explicar que o esforço feito foi para a massa de agricultores até 200 mil reais, que não era, simplesmente, uma moratória generalizada da dívida, mas era uma reconstrução do endividamento, de tal maneira que, outra vez, a agricultura pudesse ter um filete de recursos e que os próprios bancos recompusessem, levou tempo.

Eu creio que até hoje o Brasil não entendeu o que acabou de dizer o Roberto Rodrigues. Até hoje o Brasil não entendeu a nossa grande vantagem corporativa, no momento em que nós estamos nos preparando para um grande salto no conjunto da organização produtiva brasileira, que significa serviço, significa também o setor industrial; que significa, por conseqüência, um grande investimento tecnológico, agregar valor – e agregar valor é agregar cérebro na produção.

Até que nós tenhamos, realmente, essa nova condição produtiva, de um país capaz de se igualar ao primeiro mundo, como se disse, mas não temos ainda, o financiamento de tudo isso vai depender basicamente de nós termos a capacidade de estimular a nossa agricultura, o nosso setor primário. E o setor primário não significa, pura e simplesmente, não transformá-lo. Não. Significa, também, o *agrobusiness*, significa também ciência e tecnologia para que essa produção possa ser competitiva. Se isso significa biotecnologia, significa muita coisa, mas isso é que vai financiar o Brasil durante muito tempo, até que nós tenhamos, efetivamente, condições de generalizar esse processo do setor industrial

e para que nós possamos, aí, competir com mais tranquilidade no nível internacional.

O Brasil esqueceu que, realmente, a agricultura está inserida nesse novo mundo. A agricultura não é o passado: é o futuro. Esqueceu, mas agora está acordando, agora está percebendo. Está percebendo o quê? Está percebendo que nós temos essa capacidade de fazer que 81 milhões de toneladas se multipliquem. Será uma safra recorde na nossa história. Mas eu espero que seja apenas o ponto de partida do nosso futuro. Os novos mercados estão se abrindo. Nós temos toda a Ásia, cuja renda aumenta. E, quando aumenta a renda, aumenta também o conteúdo nutricional de cada indivíduo. É preciso que haja, portanto, uma produção agrícola, e nós temos condições agrícolas e pecuárias.

Então, eu acho que essa mudança, essa compreensão, hoje, é essencial. Ao ver essa feira de *agrobusiness* aqui em Ribeirão Preto, aproveito para agradecer as palavras do nosso Prefeito Roberto Jábali, sempre generoso para com o visitante. Aqui em Ribeirão Preto, ao ver essa feira, ao ver essas máquinas, ao ver o terreno, o conjunto de esforços, a gente acredita no Brasil. Por trás disso está a Embrapa, uma empresa do Governo, que é essencial para o nosso futuro. Essencial. E, para que nós possamos garantir a continuidade de empresas como a Embrapa, nós tivemos a lei de cultivares, que eu tive a honra de assinar há muito pouco tempo, e levou anos para que nós convencêssemos o setor mais atrasado do Brasil de que aquela lei era boa para todo mundo. Convenceram-se. Levou muitos anos. No começo, a lei de cultivares era vista – até por setores que não têm nada a ver com a agricultura, setores religiosos – como se fosse uma ofensa à ética.

Hoje, está se vendo que a lei de cultivares é uma necessidade básica para que nós possamos, realmente, ter a proteção das nossas próprias patentes e incentivos para que os nossos pesquisadores caminhem. As coisas, portanto, estão mudando efetivamente para melhor, porque o Brasil está compreendendo essa dimensão nova da agricultura, do *agrobusiness*, da ciência e da tecnologia. Está compreendendo, também, que há outras áreas novas, como a área, por exemplo, de frutas. Sei que o nosso Secretário-Executivo está muito empenhado, o nosso Ministro

da Agricultura também. É onde nós estamos engatinhando e onde nós temos oportunidade imensa para avançar. E nós avançamos na parte institucional.

Lembra o Deputado Marchezelli, aqui, o Conselho do Café. Nós vamos precisar fazer o Conselho da Laranja. Nós vamos precisar fazer os conselhos, porque esses conselhos são como este Fórum, não são a organização dos setores corporativos para, pura e simplesmente, pedir as duas coisas tradicionais ou três, que são a desvalorização do câmbio, proteção e juros subsidiados. Isso é o passado. Esses conselhos, hoje, se juntam ao Governo para definir novas políticas, como enfrentar, na condição nova, a competição, como investir, e investir em ciência e tecnologia, e dar recursos de financiamento para que nós avancemos na produção.

Então, não se trata, pura e simplesmente, de conselhos corporativos para pressionar o Governo. Isso é uma visão estática incompreensível. “O produtor quer e o Governo não dá.” Aí é a soma zero. Não. Nós, aqui, queremos uma política em que todos ganhem: ganhe o produtor, ganhe o Governo e, sobretudo, ganhe o trabalhador, que precisa melhorar a sua condição de vida; e ganha o País, por consequência.

Este Fórum é para isso. Este Fórum foi feito com esse espírito. Antes de ele existir, eu recebi os documentos sobre o Fórum; muito antes de ele existir como realidade, eu acompanhava no nascedouro a idéia de termos um encontro que permitisse essa definição de políticas dessa nova maneira. E já teve efeitos, teve efeitos concretos. O Governo conseguiu, por exemplo, resolver a questão da cesta básica, a questão da compensação do IPI através do desconto do ICMS na exportação. E tem alguns probleminhas aí para nós, Governador e Presidente da República, que temos alguma diminuição da nossa arrecadação. Mas o ICMS de exportação foi fundamental para o produtor brasileiro.

Várias idéias estão surgindo daqui que são idéias positivas que se transformam em ação. Essa é a nova maneira de administrar um país como o Brasil, grande, diversificado, cheio de forças muito poderosas no nível da sociedade; e são essas forças que precisam estar em diálogo permanente. Essa é a atitude do Governo; essa é a minha atitude.

Aqui, muitos dos senhores são testemunhas de que eu nunca, mas nunca mesmo, me recusei a conversar, a dialogar. Posso não concordar. Num dado momento eu não concordo; depois, eu me convenço e, às vezes, consigo convencer, também, do meu ponto vista os interlocutores. A mesma atitude eu tenho para com todo mundo, tenho para com os sem-terra, os quais recebi já quatro vezes no gabinete do Presidente da República. E propus o quê? Diálogo. Em vez de fazer uma luta lá fora, mandando mensagens contra o Governo lá fora, porque queremos reforma agrária, por que não vamos pedir, lá fora, aos mesmos que estão lá fora querendo reforma agrária aqui que derrubem as barreiras tarifárias para que nós possamos exportar mais, sobretudo o produto dos assentamentos? Tem que haver uma visão nova nisso tudo, para que nós possamos, realmente, dar-nos as mãos uns aos outros. Estamos avançando.

O Ministro Arlindo Porto conseguiu fazer o que eu não consegui. Quando fui Ministro da Fazenda, tentei regularizar o financiamento rural. Havia muita inflação ainda em julho, conseguimos alguma coisa em agosto, saiu dinheiro mesmo em setembro. Este ano, já melhorou. E agora vai ser em maio. Esse é o desafio que nós temos que enfrentar aqui, em maio. Os juros continuam caindo. E o desafio que se vai fazer é um desafio no sentido não somente de que tenham o financiamento em maio, mas, o que disse o Dr. Roberto Rodrigues, uma política agrícola permanente, em que não seja preciso o tempo todo estar esperando a decisão do Ministro, do Presidente da República para ver se sai em maio, se sai em junho. Tem que sair sempre. Tem que haver uma fluidez. E, aí, estamos avançando também, porque nós estamos modificando o sistema de financiar, financiando no mercado de futuros – meu Deus, quanto tempo levou para nós obtermos a possibilidade de financiar a safra através de papéis! Eu ainda era Ministro da Fazenda, fui à Comissão de Agricultura da Câmara ou do Senado – não me recordo – três vezes. Mas isso é bom – não é bom: é ótimo. Isso permite modernizar os mecanismos de financiamento. Mas nós fizemos, estamos fazendo e vamos fazer mais.

Aqui vejo estas máquinas. Falei com o Marchezan, há pouco tempo, aqui, sobre a questão das máquinas, do Pronaf, que nós fizemos tam-

bém a pedido da Contag. O Pronaf é o financiamento do pequeno. Agora, 30% do financiamento de máquinas agrícolas são através do Pronaf; ou seja, é o pequeno produtor rural que está obtendo recurso para comprar máquina agrícola. Foram feitos não sei quantos contratos na parte propriamente de máquinas. De qualquer maneira, 30% são feitos através do Pronaf e, mais ainda, de tal maneira que as pessoas possam se associar para comprar uma máquina de valor maior. Quer dizer, criamos a flexibilidade necessária. E, aquilo que é importante, o banco tem que apostar no produtor, não pode ficar de braços cruzados. Tem que apostar. O risco de que tanto se fala que justifica os juros, o risco é esse. Examinem se o agricultor tem confiabilidade ou não e apostem nele, dêem o dinheiro, em vez de ficarem esperando primeiro que fique exangue – e, aí, não pode dar o dinheiro porque está exangue. Tem que mudar a mentalidade do sistema financeiro brasileiro, e está mudando.

Eu não tive dúvidas em tomar decisões solitárias, que a Constituição me permitia – depois vão dizer que é prepotência. Solitárias porque a Constituição me permitia abrir exceção para que viesse um banco holandês de crédito cooperativo. Abri exceção para que viesse um grande banco estrangeiro, porque é preciso haver competição nesse setor financeiro. Quando todos os demais sistemas estão abertos, ele não pode estar cerrado à competição. Assinei os decretos que a Constituição me autorizava fazer, assinei-os dando essa autorização. Não fiquei com medo de que fossem dizer isso e aquilo. Eu tenho convicções. O banco é cooperativo; aprovamos o banco cooperativo no Banco Central.

E podem dizer o que quiserem, julgar intenções, não me assustam. Eu tenho convicções. E, se tenho convicções, eu exponho. Não estou fazendo uma coisa escondida. Estou fazendo o que eu disse que ia fazer. Vamos fazer juntos. O importante não é eu fazer ou o Governador Mário Covas fazer, os nossos Ministros e Secretários fazerem: é que nós estamos fazendo juntos. Essa é a nova maneira de administrar o País. E isso terá resultados positivos, está tendo – não é que terá: está tendo resultados positivos. Nós mudamos a agricultura brasileira nesses dois anos. Repito, é só o começo.

Portanto, Dr. Roberto Rodrigues, senhores representantes dos vários setores daqui deste Fórum, lideranças empresariais, eu asseguro que, quando o Secretário-Executivo, Dr. Aílton Barcelos e o Ministro Arlindo Porto disseram que a intenção nossa era manter este fórum de uma maneira conseqüente, eles falaram por mim. É isso mesmo, nós vamos manter este fórum de uma maneira conseqüente. “Conseqüente” não quer dizer que nós vamos prometer nada, não: quer dizer que, juntos, e reafirmo, juntos, nós vamos encontrar os caminhos viáveis para transformar o Brasil, realmente, num grande celeiro para o mundo; e para que a nossa população possa viver melhor e comer melhor. Isso nós estamos fazendo.

Ao chegar aqui, a Ribeirão Preto, sobrevoando essa terra, riquíssima, e o Governador ao meu lado me mostrando para me dar inveja, porque é muito mais fácil ser Governador de São Paulo, uma terra fantástica como essa, com essa gente: ao chegar aqui, ao entrar aqui nesse *agrobusiness*, ao verificar realmente a força desta região, ao olhar a cara das pessoas, meu Deus do céu, eu só posso dizer a vocês que foi uma manhã feliz para mim, porque nós estamos juntos. Estamos juntos pelo Brasil!

Muito obrigado.